



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2022

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2022

Índice

Relatório da Administração.....	02
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	04
Balanços patrimoniais	08
Demonstração dos resultados do exercício	10
Demonstração de resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstração dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	14

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Rio Grande Capitalização S.A** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Consultoria de Investimentos S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto principal, a negociação exclusiva de títulos de capitalização, através do canal de vendas do Banrisul.

Nessas Demonstrações, a Rio Grande Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia”.

2. Desempenho nas operações de capitalização

2.1. Operação e Patrimônio

Durante o primeiro semestre de 2022, a arrecadação da Companhia foi de R\$ 256.837 (R\$ 254.712 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 0,83%. As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 50.682 (R\$ 52.638 no mesmo período do ano anterior). Os sorteios representaram R\$ 9.145 (R\$ 8.179 no mesmo período do ano anterior), 3,56% da arrecadação (3,21% no mesmo período do ano anterior), e os custos de aquisição foram de R\$9.762 no primeiro semestre de 2022 (R\$8.861 no mesmo período do ano anterior), representando 3,80% da arrecadação (3,48% no mesmo período do ano anterior).

Rio Grande Capitalização S.A.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 1.145.545 (R\$ 1.086.060 em 31 de dezembro de 2021), representando um aumento de 5,48%. O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2022, atingiu o montante de R\$ 91.154 (R\$ 84.533 em 31 de dezembro de 2021), representando um aumento de 7,83%.

2.2. Resultado Financeiro e Solvência

No primeiro semestre de 2022, as receitas financeiras totalizaram R\$ 53.192 (R\$ 19.438, no mesmo período do semestre anterior), representando um crescimento de 173,65%, principalmente pelo aumento da taxa SELIC no período.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 36.675, em 30 de junho de 2022, 415% de suficiência de capital.

3. ASG – Ambiental, Social e Governança

No primeiro semestre de 2022, em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$ 25.333 (R\$ 24.987 no mesmo período de 2021) pagos à serviços terceirizados, R\$ 2.740 (R\$ 2.409 no mesmo período de 2021) em tributos indiretos e R\$ 10.416 (R\$ 303 no mesmo período de 2021) em tributos diretos.

Em 27 de junho de 2022, foi emitida a Circular SUSEP nº 666, que passou a valer a partir de 01 de agosto de 2022, com prazos diferenciados de adequação que vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia foi iniciado e está em fase de diagnóstico.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

4. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas Demonstrações.

5. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 24 de agosto de 2022.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da
Rio Grande Capitalização S.A.
Porto Alegre – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Capitalização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja Notas 3.8 e 10 das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.9 e 10 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização: Provisão para Resgates ("PR"), Provisão para Distribuição de Bônus ("PDB") e a Provisão para Sorteios a Realizar ("PSR").</p> <p>Para mensurar a PR e a PDB, a Companhia adota como metodologia a aplicação de quotas (%), definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Enquanto a PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados. Portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR, da PDB e da PSR.- conciliação dos registros analíticos suporte da PR, PDB e PSR com os respectivos saldos contábeis.- recálculo, com base em amostragem, da PR e PDB de acordo com as condições contratuais.- teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PR e da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos.- com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados, a atualização monetária e as taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados estatísticas. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram as informações relevantes.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às

instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a

materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.

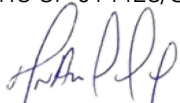
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Rio Grande Capitalização S.A.
Balanços patrimoniais

30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

		30/06/2022	31/12/2021
ATIVO			
CIRCULANTE			
Disponível			
		4.628	17.752
Caixa e bancos		345	388
Equivalente de caixa	Nota 5	4.283	17.364
Aplicações	Nota 5	585.433	379.613
Créditos das operações de capitalização		353	17
Outros créditos operacionais	Nota 6	2.037	5.676
Títulos e créditos a receber		5.603	4.187
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7	5.603	4.187
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
		547.482	678.814
Aplicações	Nota 5	536.766	671.927
Títulos e créditos a receber		10.716	6.887
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7	9.847	6.343
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 12	869	544
Intangível		9	1
TOTAL DO ATIVO		1.145.545	1.086.060

Rio Grande Capitalização S.A.
Balanços patrimoniais

30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

		30/06/2022	31/12/2021
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Contas a pagar		6.484	6.845
Obrigações a pagar	Nota 8	5.527	5.506
Impostos e encargos sociais a recolher		570	1.095
Impostos e contribuições		387	244
Débitos de operações com capitalização	Nota 9	1.707	826
Depósitos de terceiros		35	36
Provisões técnicas - capitalização	Nota 10	1.045.284	993.201
Provisão para resgates		970.948	921.067
Provisão para sorteio		14.530	16.210
Provisão para bônus		59.806	55.924
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		881	619
Contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 12	854	589
Outros débitos - provisões judiciais	Nota 12	27	30
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota 13	91.154
Capital social		90.000	90.000
Ajustes de avaliação patrimonial		(13.905)	(4.834)
Prejuízo acumulado		(633)	(633)
Lucro líquido do semestre		15.692	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.145.545	1.086.060

Rio Grande Capitalização S.A.
Demonstração dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2022	30/06/2021
Arrecadação com títulos de capitalização	Nota 16 a)	256.837	254.712
Variação da provisão para resgate	Nota 16 a)	(206.155)	(202.074)
Receitas líquidas com títulos de capitalização		50.682	52.638
Variações das provisões técnicas	Nota 16 a)	(4.027)	(4.978)
Resultado com sorteio	Nota 16 b)	(9.145)	(8.179)
Custo de aquisição	Nota 16 c)	(9.762)	(8.861)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 16 d)	6.953	5.640
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		34.701	36.260
Despesas administrativas	Nota 16 e)	(25.455)	(25.105)
Despesas com tributos	Nota 16 f)	(2.740)	(2.409)
Resultado financeiro	Nota 16 g)	19.602	(7.950)
RESULTADO OPERACIONAL		26.108	796
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		26.108	796
Imposto de renda	Nota 17	(6.506)	(185)
Contribuição social	Nota 17	(3.910)	(118)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		15.692	493
Quantidade de ações		90.000.000	20.000.000
Lucro líquido do semestre por ação - R\$		0,17	0,02

Rio Grande Capitalização S.A.**Demonstração dos resultados abrangentes**

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	15.692	493
Ativos financeiros disponíveis para venda	(9.071)	(3.715)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(15.118)	(6.192)
Imposto sobre o ganho originado no semestre	6.047	2.477
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	6.621	(3.222)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 01 de janeiro de 2021	20.000	-	386	3.661	2.246	-	26.293
Aumento de capital - AGE 25/02/21 Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 153, de 17/05/21	-	20.000	-	-	-	-	20.000
Aumento de capital - AGE 29/03/21- Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 213, de 15/06/21	-	30.000	-	-	-	-	30.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(5.961)	-	(5.961)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	493	493
Saldos em 30 de junho de 2021	20.000	50.000	386	3.661	(3.715)	493	70.825
Saldos em 31 de dezembro de 2021	90.000	-	-	-	(4.834)	(633)	84.533
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(9.071)	-	(9.071)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	15.692	15.692
Saldos em 30 de junho de 2022	90.000	-	-	-	(13.905)	15.059	91.154

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	15.692	493
Ajustes para:		
Varição das provisões técnicas - capitalização	243.087	231.837
Varição de impostos sobre o lucro	8.695	2.700
Varição nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(85.777)	(101.496)
Créditos das operações de capitalização	(336)	(283)
Créditos fiscais e previdenciários	1.127	(2.686)
Depósitos judiciais e fiscais	(325)	(171)
Outros ativos	3.639	(2.096)
Outras contas a pagar	(239)	(12)
Débitos de operações com capitalização	881	(574)
Depósitos de terceiros	(1)	(66)
Provisões técnicas - capitalização	(191.004)	(163.098)
Outros passivos	(3)	(5.961)
Caixa consumido pelas operações	(4.564)	(41.413)
Imposto sobre o lucro pagos	(8.552)	(5.268)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(13.116)	(46.681)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Intangível	(8)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(8)	-
Aumento de capital em aprovação	-	50.000
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(3.337)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	46.663
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(13.124)	(18)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	17.752	6.305
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4.628	6.287

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Consultoria de Investimentos S.A.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações Financeiras individuais intermediárias (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e 648 de 12 de novembro de 2021, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações são apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e seguindo o critério de comparabilidade estabelecidos pelos pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de agosto de 2022.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa (notas 3.3 e 5).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (notas 3.4.2 e 5).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5)
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.8 e 10).

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

Resumo das principais práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos

A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os pronunciamentos técnicos n.º 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Os derivativos são classificados no ativo circulante “recebíveis” ou no passivo circulante “contas a pagar”, sendo compostos por opções e contratos futuros.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros “disponíveis para a venda” são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros, ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em resultados abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis”.

3.4.3. Mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas “Crédito das operações”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber”, com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “resultado

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Redução ao valor recuperável

3.6.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.7.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais” no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão matemática para capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.9.2. Provisão para distribuição de bônus

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.9.3. Provisão para resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.9.4. Provisão para sorteios a realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.9.5. Provisão de sorteios a pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.9.6. Provisão para despesas administrativas

A metodologia de cálculo da provisão para despesa administrativa segue o manual de orientações sobre provisões técnicas da SUSEP e é calculada mensalmente para todos os títulos vigentes. O resultado indica,

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

neste momento, que os carregamentos futuros (líquidos das parcelas de despesas de comercialização) são suficientes para cobrir as despesas administrativas futuras.

3.9.7. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos.

3.10. Dividendos e juros Sobre o capital próprio (JSCP)

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações como uma redução do Patrimônio Líquido.

Os juros sobre o capital próprio, assemelham-se aos dividendos por serem uma modalidade de remuneração de capital próprio, com benefícios fiscais limitados. O teto do benefício é apurado a partir de cálculos determinados na legislação em vigor, e os pagamentos dentro deste limite podem ser registrados como despesa, no resultado do exercício da Companhia, incidindo sobre o montante pago o imposto de renda retido na fonte com alíquota de 15%. Essa troca de tributação por uma incidência de imposto de renda menor é o benefício fiscal que difere os JSCP dos dividendos e visam incentivar o investimento no mercado de ações.

3.11. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: Valor recuperável dos instrumentos financeiros (nota 5) que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários (nota 7), cálculo das provisões técnicas de capitalização (nota 10), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 12), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3.12. Nova norma contábil ainda não adotada

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações:

3.12.1. CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 01 de janeiro de 2023, conforme a isenção temporária do CPC 11 – Contratos de Seguros (Artigos 20a a 20K) A Companhia realizou o teste requerido pela isenção temporária e adotará de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

4. Gestão de risco

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos (EGR) interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A EGR do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416 de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de subscrição.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor da unidade de gestão de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da EGR, bem como pela emissão de relatórios para análise dos comitês de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor da unidade de gestão de riscos organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos que são constituídos em quatro etapas sendo elas identificação e revisão, mensuração, tratamento e monitoramento de riscos. Tais mapeamentos e análises são consolidados no inventário de riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no inventário, a Companhia utiliza o sistema de controles internos que é composto pelos processos e unidades de negócio responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira da Companhia e avaliar a eficiência do seu funcionamento.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio da Companhia estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

1. **Corpo administrativo:** composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.
2. **Gestão:** composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas, conforme melhor explicado abaixo:
 - As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
 - A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades de negócio e demais áreas da Companhia.
3. **Auditoria interna:** é considerada a terceira linha e tem a responsabilidade de atuar na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis de são formalizados como apetite a riscos. Ele é apurado através de simulações num horizonte de um ano para os capitais regulatórios (CR) e para o patrimônio líquido ajustado (PLA) utilizando-se cenários base e de estresse, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de estresse.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a EGR descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a EGR descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em “investimentos de alto risco” e “investimentos de baixo risco”, conforme *rating* nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: Standard and Poor’s, Fitch e Moody’s. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 30 de junho de 2022, R\$ 1.067.981, correspondentes a 95% (R\$ 823.700, correspondentes a 77% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 59.416 (R\$ 245.172 em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de junho de 2022 e 2021 não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.2. Risco de mercado

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a unidade de gestão de riscos, e revista anualmente.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de estresse para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de estresse da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.
- (II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.
- O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	30/06/2022				31/12/2021			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	(37)	0,95	3.911	151.766	-	0,88	1.606	494.933
Taxa referencial	-	0,95	-	-	-	0,90	-	-
IGPM	-	0,95	-	-	-	0,98	-	-
IPCA	(17)	0,95	955	35.591	(45)	0,99	2.486	81.068
Ações	-	0,95	-	-	-	0,99	-	-

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ser responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia e, sempre que necessário, realiza ajustes nas posições dos investimentos, para adequar a carteira de investimentos com a demanda de liquidez.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando a projeção do fluxo de caixa da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (ALM - *Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	30/06/2022			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	345			345
Equivalente de caixa	4.283	-	-	4.283
Aplicações	115.571	171.465	835.163	1.122.199
Créditos das operações de capitalização	353			353
Títulos e créditos a receber	5.603	10.716		16.319
Total de ativos	126.155	182.181	835.163	1.143.499
Contas a pagar	6.484	854		7.338
Provisões técnicas – capitalização	460.528	291.784	292.972	1.045.284
Débitos de operações com capitalização	1.707			1.707
Depósitos de terceiros	35			35
Total de passivos	468.754	292.638	292.972	1.054.364

Ativos e passivos	31/12/2021			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	388	-	-	388
Equivalente de caixa	17.364	-	-	17.364
Aplicações	318.346	22.816	710.378	1.051.540
Créditos das operações de capitalização	17	-	-	17
Títulos e créditos a receber	4.187	-	-	4.187
Total de ativos	340.302	22.816	710.378	1.073.496
Contas a pagar	7.434	-	-	7.434
Provisões técnicas – capitalização	404.749	272.783	315.669	993.201
Débitos de operações com capitalização	826	-	-	826
Depósitos de terceiros	36	-	-	36
Total de passivos	413.045	272.783	315.669	1.001.497

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros apresentados na nota 5, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não apresenta risco.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e compliance. A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de probabilidade e graduação de impacto.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela unidade de gestão de riscos. O gestor dessa unidade reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma unidade de conformidade, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade de a Companhia ter mais despesas do que receitas oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

Em 30 de junho de 2022, a arrecadação com títulos de capitalização atingiu um total de R\$ 256.837 (254.712 em 30 de junho de 2021), distribuída em grande maioria na região Sul no montante de R\$ 253.984 representando 99% nesta data (R\$ 251.833 que representava 99% em 30 de junho de 2021) e nas demais regiões no montante de R\$ 2.853 representando 1% (R\$ 2.879 no qual representava 1% em 30 de junho de 2021).

4.1.1.6 Gestão de Capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir com que Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pela equipe de gestão de riscos e controles internos. Esses riscos são mapeados em conjunto com a Administração da Companhia e em seguida avaliados e tratados conforme níveis de criticidade apurados.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 4.283 (R\$ 17.364 em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de junho de 2022, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 319.878 (R\$ 252.514 em 31 de dezembro de 2021). Dessa forma, em 30 de junho de 2022, os ajustes de avaliação patrimonial montam perdas brutas de tributos de R\$ 23.175 e líquidas, de R\$ 13.905 (ganhos brutos de tributos de R\$ 8.057 e líquidos de R\$ 4.834 em 31 de dezembro de 2021), apresentado no item seguinte:

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2022								
	Taxas Contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	60.122	430.819	4.697	495.638	495.638	44,00%	45,81%
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 2,90%	-	519	821	34.237	35.577	35.577	3,16%	3,29%
Operações Compromissadas		-	55.133	-	-	55.133	55.133	4,89%	5,10%
Outros Aplicações	-	10	(213)	(712)	-	(915)	(915)	-0,08%	-0,08%
Total		10	115.561	430.928	38.934	585.433	585.433	51,97%	54,12%
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas		-	4.283	-	-	4.283	4.283	0,38%	0,40%
Total		-	4.283	-	-	4.283	4.283	0,38%	0,40%
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	6,79%	-	-	72.174	25.640	97.814	97.814	8,68%	9,04%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	-	140.174	58.715	198.889	198.889	17,66%	18,38%
Total		-	-	212.348	84.355	296.703	296.703	26,34%	27,42%
III. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	6,62%	-	-	240.063	-	240.063	195.540	21,31%	18,07%
Total		-	-	240.063	-	240.063	195.540	21,31%	18,07%
Total das Aplicações Financeiras		10	119.844	883.339	123.289	1.126.482	1.081.959	100%	100%
Circulante		10	119.844	430.928	38.934	589.716	589.716		
Não Circulante		-	-	452.411	84.355	536.766	492.243		

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021								
	Taxas Contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	90.390	26.613	-	117.003	117.003	10,95%	11,59%
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 2,90%	-	116	1.182	33.471	34.769	34.769	3,25%	3,44%
Operações Compromissadas	SELIC	-	227.808	-	-	227.808	227.808	21,31%	22,57%
Outros Aplicações		9	24	-	-	33	33	0,00%	0,00%
Total		9	318.338	27.795	33.471	379.613	379.613	35,51%	37,60%
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas	SELIC	-	17.364	-	-	17.364	17.364	1,64%	1,75%
Total		-	17.364	-	-	17.364	17.364	1,64%	1,75%
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 3,25%	-	-	-	44.618	44.618	44.618	4,17%	4,42%
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	7,45%	-	-	-	11.807	11.807	11.807	1,10%	1,16%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	-	132.714	55.318	188.032	188.032	17,59%	18,63%
Total		-	-	132.714	111.743	244.457	244.457	22,86%	24,21%
III. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ	6,77%	-	-	-	427.470	427.470	367.778	39,99%	36,44%
Notas do Tesouro Nacional - PRÉ		-	-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	427.470	427.470	367.778	39,99%	36,44%
Total das Aplicações Financeiras		9	335.702	160.510	572.684	1.068.904	1.009.212	100%	100%

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	9	335.702	27.795	33.471	396.977
Não Circulante	-	-	132.714	539.213	671.927

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2021	396.064	98.578	435.049	929.691
(+) Aplicações	686.838	386.965	-	1.073.803
(-) Resgates	(672.791)	(239.891)	(35.142)	(947.824)
(+) Rendimentos	(13.134)	10.605	27.563	25.034
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(11.800)	-	(11.800)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	396.977	244.457	427.470	1.068.904
(+) Aplicações	497.593	146.620	-	644.213
(-) Resgates	(317.315)	(105.878)	(199.859)	(623.052)
(+) Rendimentos	12.461	26.622	12.452	51.535
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(15.118)	-	(15.118)
Saldo final em 30 de junho de 2022	589.716	296.703	240.063	1.126.482

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2022		Total
	Nível 01	Nível 02	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	590.631	(915)	589.716
Letras financeiras do tesouro	495.638	-	495.638
Notas do tesouro nacional:	35.577	-	35.577
Operações compromissadas	59.416	-	59.416
Outras aplicações	-	(915)	(915)
II. Títulos disponíveis para venda:	296.703	-	296.703
Notas do Tesouro Nacional:	97.814	-	97.814
Letras financeiras do tesouro	198.889	-	198.889
III. Mantido até o vencimento:	240.063	-	240.063
Notas do tesouro nacional	240.063	-	240.063
Total (I + II + III)	1.127.397	(915)	1.126.482

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021		Total
	Nível 01	Nível 02	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	396.944	33	396.977
Letras financeiras do tesouro	117.003	-	117.003
Notas do tesouro nacional:	34.769	-	34.769
Operações compromissadas	245.172	-	245.172
Outras aplicações	-	33	33
II. Títulos disponíveis para venda:	244.457	-	244.457
Notas do tesouro nacional:	56.425	-	56.425
Letras financeiras do tesouro	188.032	-	188.032
III. Mantido até o vencimento:	427.470	-	427.470
Notas do tesouro nacional	427.470	-	427.470
Total (I + II + III)	1.068.871	33	1.068.904

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

30/06/2022						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional)	
					Total	Objetivo
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	2.450	143.343	Hedge taxa pré-fixada

31/12/2021						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional)	
					Total	Objetivo
DI1	Comprado	04/01/2022	CDI	5	500	Hedge taxa pré-fixada
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	2.875	173.716	Hedge taxa pré-fixada
DI1	Vendido	04/01/2029	CDI	2.085	102.424	Hedge taxa pré-fixada

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras. Em 30 de junho de 2022, o montante dessa rubrica era de R\$ 2.037 (R\$ 5.676 em 31 de dezembro de 2021). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Créditos tributários e previdenciários

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo circulante	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de Renda	3.373	2.487
Contribuição Social	2.230	1.700
Total de Créditos Fiscais	5.603	4.187

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o “CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro”.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica “Tributos Diferidos”.

Ativo - não circulante	01/01/2021	Realização		31/12/2021	Realização		30/06/2022
		Constituição	/Reversão		Constituição	/Reversão	
Imposto de renda diferido	12	26.889	(22.937)	3.964	8.734	(6.544)	6.154
Diferenças temporárias	12	439	(172)	279	137	(55)	361
Ajuste de TVM	-	24.779	(22.765)	2.014	8.597	(4.818)	5.793
Prejuízos fiscais	-	1.671	-	1.671	-	(1.671)	-
Contribuição social diferida	7	16.134	(13.762)	2.379	5.240	(3.926)	3.693
Diferenças temporárias	7	263	(103)	167	82	(33)	216
Ajuste de TVM	-	14.869	(13.659)	1.209	5.158	(2.891)	3.477
Base negativa	-	1.002	-	1.002	-	(1.002)	-
Total	19	43.023	(36.699)	6.343	13.974	(10.470)	9.847
Passivo - não circulante							
Imposto de renda diferido	(936)	(105)	1.041	-	-	-	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	(936)	(105)	1.041	-	-	-	-
Contribuição social diferida	(561)	(63)	624	-	-	-	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	(561)	(63)	624	-	-	-	-
Total de débitos fiscais diferidos	(1.497)	(168)	1.665	-	-	-	-
Total de créditos e débitos diferidos	(1.478)	42.855	(35.034)	6.343	13.974	(10.470)	9.847

Em 28 de abril de 2022 foi publicada a MP nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 16% a partir de 1º de Agosto 2022 até 31 de dezembro de 2022. A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31/12/2022 para sustentar a constituição do crédito tributário diferido e o prejuízo fiscal e base negativa foi totalmente compensado em 30 de junho de 2022.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.3. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular SUSEP nº 648/21, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

Ativo Não Circulante	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Saldo em 30/06/2022
Prejuízo fiscal	1.671	(1.671)	-
Base negativa	1.002	(1.002)	-
Total	2.673	(2.673)	-

Diferenças Temporárias - 2022 a 2031

2022	130	0,00%
2023	46	8,00%
2024	35	6,00%
2025	40	7,00%
2026	46	8,00%
2027 a 2031	410	71,00%
Total	577	100,00%

Imposto de renda/Contribuição social	30/06/2022	31/12/2021
Contingências cíveis	27	30
Outras provisões	618	513
Atualização depósito judicial	(56)	(16)
COFINS exigibilidade suspensa	734	507
PIS exigibilidade suspensa	119	82
Total das Provisões temporárias	1.442	1.116
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	361	279
Alíquota aplicada – CSLL – 15%	216	167
Total	577	446

8. Obrigações a pagar

O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e o passivo não circulante registra obrigações após os doze meses, compostas da seguinte forma:

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo circulante	30/06/2022	31/12/2021
Fornecedores a pagar	23	17
Pagamentos em trânsito	516	809
Prestação de serviço compartilhados	4.375	4.109
Outras obrigações	613	571
Total	5.527	5.506

9. Débito das operações de capitalização

Registra as obrigações operacionais com vencimentos dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações. Em 30 de junho de 2022, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 1.707 (R\$ 826 em 31 de dezembro de 2021).

10. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2021	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2022
Provisão matemática para capitalização	822.045	240.906	(218.596)	29.730	874.085
Provisão para resgate de títulos antecipados	54.602	129.943	(130.350)	296	54.491
Provisão para resgate de títulos vencidos	44.420	93.122	(95.400)	230	42.372
Provisão para resgates	921.067	463.971	(444.346)	30.256	970.948
Provisão para sorteios a realizar	10.896	11.855	(13.254)	45	9.542
Provisão de sorteios a pagar	5.314	13.259	(13.613)	28	4.988
Provisão para sorteios	16.210	25.114	(26.867)	73	14.530
Provisão para distribuição de bônus	55.924	9.813	(7.460)	1.529	59.806
Outras provisões	55.924	9.813	(7.460)	1.529	59.806
Total	993.201	498.898	(478.673)	31.858	1.045.284

	Saldos em 01/01/2021	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisão matemática para capitalização	728.284	407.939	(360.895)	46.717	822.045
Provisão para resgate de títulos antecipados	50.477	207.734	(203.640)	31	54.602
Provisão para resgate de títulos vencidos	44.146	154.758	(154.504)	20	44.420
Provisão para resgates	822.907	770.431	(719.039)	46.768	921.067
Provisão para sorteios a realizar	14.400	20.856	(24.676)	316	10.896
Provisão de sorteios a pagar	4.071	22.968	(21.739)	14	5.314
Provisão para sorteios	18.471	43.824	(46.415)	330	16.210
Provisão para distribuição de bônus	47.045	17.808	(11.196)	2.267	55.924
Provisão para despesas administrativas	2.394	1.052	(3.446)	-	-
Outras provisões	49.439	18.860	(14.642)	2.267	55.924
Total	890.817	833.115	(780.096)	49.365	993.201

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.1. Análise de sensibilidade - capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- (i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 13%, definido com base na experiência da Companhia.
- (ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (estrutura a termo das taxas de juros – ETTJ).

		Coberturas de risco: Efeito bruto no resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2022	31/12/2021
Variável	Premissas		
Resultado sorteio	Aumento de 13% nos valores sorteados	(3.039)	(3.216)
Resultado sorteio	Redução de 13% nos valores sorteados	3.039	3.216

11. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2022	31/12/2021
Provisões técnicas - capitalização:		
Total a ser coberto	1.045.284	993.201
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	1.077.676	991.848
Total dos ativos vinculados	1.077.676	991.848
Equivalente de caixa	4.283	17.364
Total de aplicações	1.081.959	1.009.212
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	36.675	16.012

12. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

12.1. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis e fiscais. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	Causas Cíveis					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	3	27	27	3	30	30
Possível	3	48	-	1	23	-
Remota	-	-	-	1	-	-
Total	6	75	27	5	53	30

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Probabilidade de perda	Causas Fiscais					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Possível	2	400	-	2	400	-
Total	2	400	-	2	400	-

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial:	30	-
Adições	-	32
Atualização monetária	3	3
Baixa	-	(11)
Ajuste	(6)	6
Saldo final:	27	30

12.2. Outras contas a pagar – Obrigações Fiscais

No grupo “Outras Contas a Pagar” são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 30/06/2022
COFINS	507	196	32	-	735
PIS	82	32	5	-	119
Total - Obrigações fiscais	589	228	37	-	854

	Saldo em 01/01/2020	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2021
COFINS	-	496	11	-	507
PIS	-	80	2	-	82
Total - Obrigações fiscais	-	576	13	-	589

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	120	120	741	734	861	854
Saldo total 30/06/2022	120	120	741	734	861	854

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	77	82	467	507	544	589
Saldo total 31/12/2021	77	82	467	507	544	589

(a) Os mandados de segurança nº5013983-57.2021.4.03.6100 e nº 5001912-23.2021.4.03.6100, questionam exigência do PIS e da COFINS, incidentes sobre as Receitas Financeiras de Ativo Livre e de Prescrição, respectivamente, ambos nos termos da Lei nº12.973/2014. Perda Possível. O recurso está aguardando sentença.

12.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue. Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	30/06/2022	31/12/2021
Cíveis	8	-
Fiscais	861	544
Total Depósitos judiciais	869	544

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	544	-
Adições	277	528
Baixas	-	-
Atualização monetária	40	16
Saldo final	861	544

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado de R\$ 90.000 é representado integralmente por ações ordinárias.

13.2. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 30 de junho de 2022 era de uma perda de R\$ 13.905 (Perda de R\$ 4.834 em 31 de dezembro de 2021), líquidos dos tributos.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.3. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as sociedades supervisionadas deverão apresentar PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	91.154	84.533
Ajustes contábeis	(7.601)	(3.276)
Créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa	-	(2.673)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(7.592)	(602)
Ativo intangíveis	(9)	(1)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	(21.118)	9.644
Ativos financeiros na categoria mantidos até o vencimento	(26.148)	(32.625)
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	2.925	5.112
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. de capitalização	2.105	37.157
Subtotal PLA - nível	62.435	90.902
PLA nível I	55.151	45.565
PLA nível II	5.029	42.270
PLA nível III	2.255	3.067
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	(35.114)
Limitador 50% CMR - PLA nível II e III	-	(35.114)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	62.435	55.787
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de risco de crédito	1.446	4.753
Capital de risco de subscrição	4.541	4.504
Capital de risco - mercado	10.760	14.118
Capital de risco - redução por correlação	(3.433)	(5.238)
Capital de risco - operacional	1.717	2.308
Capital de risco (CR) (b)	15.031	20.445
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	15.031	20.445
Patrimônio líquido ajustado	62.435	55.788
Suficiência de capital - R\$	47.404	35.343
Suficiência de capital (% da EC)	415%	273%

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Icatu Seguros S. A. (b)	(2.170)	-	2.258	2.816	-	(395)
Icatu Assessoria S.A. (c)	(4.106)	(3.856)	-	-	(26.700)	(24.893)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (a)	-	-	-	-	(1)	(1)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (b)	(6.742)	(6.687)	6.725	10.153	-	(1.100)
Total	(13.018)	(10.543)	8.983	12.969	(26.701)	(26.389)

- (a) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;
- (b) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros e da Rio Grande Seguros e Previdência uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.
- (c) Valores referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria Ltda. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

15. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

Produto	Processo	30/06/2022		
		% de Carregamento	Taxa de juros	Índice de correção
PM910T3	15414.004504/2009-51	8,07%	0,5% a.m.	TR
PU012I	15414.900665/2019-49	0,24%	0,16% a.m.	TR
PM008T	15414.900523/2019-81	12,48%	0,5% a.m.	TR
PM007T	15414.900522/2019-37	10,05%	0,5% a.m.	TR
PM538T	15414.901670/2019-79	9,55%	0,5% a.m.	TR

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Detalhamento de contas da demonstração de resultado
a) Receitas líquidas com títulos de capitalização

	30/06/2022	30/06/2021
Título de capitalização emitido	256.900	254.830
Devolução/cancelamento Com título de capitalização	(64)	(118)
Reversão da provisão para resgate	70	73
Constituição da provisão para resgate	(206.224)	(202.147)
Total	50.682	52.638

b) Resultado com sorteios

	30/06/2022	30/06/2021
Reversão da provisão para sorteio	11.570	12.587
Constituição da provisão para sorteio	(10.171)	(10.634)
Despesas Com títulos sorteados	(10.544)	(10.132)
Total	(9.145)	(8.179)

c) Custo de aquisição

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de corretagem	(9.762)	(5.812)
Despesas de custeamento de vendas	-	(3.049)
Total	(9.762)	(8.861)

d) Outras receitas e despesas operacionais – capitalização

	30/06/2022	30/06/2021
Receita com resgate de título	3.387	2.903
Receita com prescrição de título	4.708	4.251
Despesas com provisões	(1.142)	(1.514)
Total	6.953	5.640

e) Despesas administrativas

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2022	30/06/2021
Serviços de terceiros	(25.333)	(24.987)
Localização e funcionamento	(61)	(12)
Publicações	(25)	(87)
Outras despesas administrativas	(36)	(19)
Total	(25.455)	(25.105)

f) Despesas com tributos

	30/06/2022	30/06/2021
COFINS	(2.049)	(1.930)
PIS	(333)	(314)
Taxa de fiscalização	(358)	(165)
Total	(2.740)	(2.409)

g) Resultado financeiro

	30/06/2022	30/06/2021
Categoria - Disponível para venda	26.622	5.867
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	26.622	5.867
Categoria - Mantido até o vencimento	12.452	13.569
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	12.452	13.569
Categoria - Valor Justo por meio do resultado	14.077	-
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	14.077	-
Outras Receitas financeiras	41	2
Total – Receitas financeiras	53.192	19.438
Categoria - Valor justo por meio do resultado	(1.616)	(3.461)
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(1.616)	(3.461)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(31.858)	(23.842)
Outras despesas financeiras	(116)	(85)
Total – despesas financeiras	(33.590)	(27.388)
Total	19.602	(7.950)

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2022		30/06/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	26.108	26.108	796	796
ADIÇÕES	1.514	1.514	573	573
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	27	27	39	39
Outras provisões	617	617	302	302
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	854	854	232	232
Tributos e contribuições em questão judicial	16	16	-	-
EXCLUSÕES	(1.225)	(1.225)	(58)	(58)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(29)	(29)	-	-
Outras provisões	(551)	(551)	(56)	(56)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	(589)	(589)	-	-
Tributos e contribuições em questão judicial	(56)	(56)	(2)	(2)
Resultado ajustado	26.397	26.397	1.311	1.311
Compensação Prejuízo fiscal / Base negativa	(6.683)	(6.683)	-	-
Lucro após as compensações	19.714	19.714	1.311	1.311
Alíquotas oficiais (1)	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(4.916)	(2.957)	(316)	(197)
Reversão da provisão de créditos tributários	(1.590)	(953)	131	79
Despesas com IRPJ/CSLL	(6.506)	(3.910)	(185)	(118)
Alíquota Efetiva - Resultado antes dos impostos	25%	15%	23%	15%

(1) Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988 em 31/12/2021, passará a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15% a partir de 01/01/2022.

Com a aprovação da MP nº 1.115, a alíquota da CSLL passará de 15% para 16% a partir de 1º de agosto de 2022.

18. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30 de junho de 2022 da Icatu Seguros.

Rio Grande Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração

Presidente

Luciano Snel Corrêa

Conselheiros

Claudio Coutinho Mendes

Ademar Schardong

Claudio Leite Gastal

Cidmar Luis Stoffel

Luiz Carlos Caio Tomazeli

Diretoria

Diretor-Presidente

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira

Suzana Flores Cogo

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuário

Lígia de Abreu Sodré Pires

MIBA nº 1394